**XV Exame da OAB – FGV**

**Prova tipo 1 - branca**

**Questão 48**

João Lima Artigos Esportivos Ltda. celebrou contrato de locação de imóvel comercial, localizado na Galeria Madureira, para a instalação do estabelecimento. Atingida por forte crise setorial, a sociedade acumulou dívidas vultosas e não conseguiu honrá-las.

Com a decretação da falência, o contrato de locação comercial firmado pelo locatário:

A) ficará extinto de pleno direito, sendo obrigado o locatário a entregar ao locador o imóvel onde se localiza o ponto comercial da sociedade.

B) poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 (noventa) dias.

C) será mantido, mas poderá ser denunciado, a qualquer tempo, pelo administrador judicial da massa falida.

D) ficará extinto, salvo se o Comitê de Credores autorizar o administrador judicial da massa falida a mantê-lo.

**Comentários:**

A alternativa correta é a C, conforme dispõe no artigo 119 da Lei nº 11.101/2005:

“VII – a falência do locador não resolve o contrato de locação e, **na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato**”.

**Questão 49**

Alfredo Chaves exerce, em caráter profissional, atividade intelectual de natureza literária, com a auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público.

Com base nessas informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta:

A) Alfredo Chaves não é empresário, porque exerce atividade intelectual de natureza literária.

B) Alfredo Chaves não é empresário, porque não possui registro em nenhum órgão público.

C) Alfredo Chaves é empresário, independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.

D) Alfredo Chaves é empresário, porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.

**Comentários:**

A alternativa correta é a C, porque a inscrição, apesar de obrigatória, é apenas condição de regularidade do empresário, não de existência.

A alternativa A está incorreta pelo disposto no artigo 966 do Código Civil:

“Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, **salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa**”.

As alternativas A e D estão incorretas pelo disposto no Código Civil:

“Art. 966. **Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços**”.

**Questão 50**

Sobre a distinção entre endosso e cessão de crédito, assinale a afirmativa correta.

A) A cessão de crédito é a forma de transmissão dos ordem, enquanto o endosso é a forma de transmissão dos títulos não à ordem.

B) A cessão de crédito ao cessionário pode ser parcial ou total, enquanto o endosso deve ser feito pelo valor integral do título, sob pena de nulidade.

C) A eficácia do endosso em relação aos devedores do título depende de sua notificação; na cessão de crédito, a eficácia decorre da simples assinatura do cedente no anverso do título.

D) O direito de crédito do endossatário é dependente das relações do devedor com portadores anteriores; o direito do cessionário é literal e autônomo em relação aos portadores anteriores.

**Comentários:**

A alternativa correta é a B: a cessão de crédito pode ser parcial, uma vez que é realizada por instrumento; o endosso, contudo, somente pode ser total, sob pena de nulidade, conforme dispõe o artigo 912 do Código Civil:

“Parágrafo único. É nulo o endosso parcial”.

Com igual teor, temos a Lei Uniforme de Genebra (Anexo I do Decreto 57.663/1966, em seu artigo 12, segunda alínea) e a Lei do Cheque (Lei nº 7.357/1985, artigo 18, § 1º).

A alternativa A está incorreta, porque invertida:

O endosso é a forma de transmissão dos títulos à ordem, enquanto a cessão de crédito é forma de transmissão dos não à ordem (Lei Uniforme de Genebra, artigo 11, primeira e segunda alínea).

A alternativa C está incorreta, porque também está invertida:

O endosso decorre da simples assinatura do cedente no verso (a questão fala em anverso = frente) do título (Lei Uniforme de Genebra, artigo 13, segunda alínea). A eficácia da cessão, em relação aos devedores do título, depende de sua notificação (Código Civil, artigo 290).

A alternativa D está incorreta, porque também está invertida:

O direito de crédito do endossatário é autônomo em relação aos portadores anteriores (Lei Uniforme de Genebra, artigo 17). O direito de crédito do cessionário é dependente das relações do devedor com portadores anteriores (Código Civil, artigo 294).

**Questão 51**

Almino José consultou seu advogado com o intuito de constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.

Com base na legislação aplicável à EIRELI, assinale a opção que apresenta a resposta correta dada pelo advogado.

A) O administrador da EIRELI deverá ser nomeado no ato constitutivo e será apenas o sócio, seu cônjuge ou parente até o 3º grau dessas pessoas.

B) O ato constitutivo da EIRELI deverá ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente do objeto.

C) As deliberações infringentes da lei que Almino José vier a tomar acarretarão sua responsabilidade ilimitada pelas obrigações da pessoa jurídica.

D) Caso a receita bruta anual da EIRELI seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), será possível enquadrá-la como microempreendedor individual (MEI).

**Comentários:**

A EIRELI se utiliza subsidiariamente das normas da sociedade limitada, de acordo com o Código Civil, artigo 580-A:

“§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas”.

A alternativa correta é a C, porque a EIRELI, se utiliza subsidiariamente das normas da sociedade limitada, de acordo com o Código Civil, artigo 580-A, § 6º e:

“Art. 1.080. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram”.

A alternativa A está incorreta, pelo disposto no Código Civil:

“Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

Art. 1.062. O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração”.

A alternativa B está incorreta, pelo disposto no Código Civil, se a atividade não for empresária, a EIRELI deve inscrever-se no Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

“Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao **Registro Público de Empresas Mercantis** a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao **Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária”.

A alternativa D está incorreta, porque o limite de faturamento anual para o MEI é de R$ 60 mil, pelo disposto no Decreto Lei nº 123/2006, artigo 18-A:

“§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo”.

Questão 52

Na cláusula décima do contrato social de Populina Comércio de Brinquedos Ltda., ficou estabelecido que: “qualquer título da quota de qualquer dos sócios depende da oferta prévia aos demais sócios (direito de preferência) nas mesmas condições da oferta a não sócio. Caso, após o decurso de 30 (trinta) dias, não haja interessado, o cedente poderá livremente realizar a cessão da quota a não sócio”.

Tendo em vista as disposições do Código Civil acerca de cessão de quotas na sociedade limitada, assinale a afirmativa correta.

A) A cláusula é integralmente válida, tendo em vista ser lícito aos sócios dispor no contrato sobre as regras a serem observadas na cessão de quotas.

B) A cláusula é nula, porque não é lícito aos sócios dispor no contrato sobre a cessão de quotas, eis que ela depende sempre do consentimento dos demais sócios.

C) A cláusula é ineficaz em relação porque o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a outro sócio, independentemente da audiência dos demais.

D) A cláusula é válida parcialmente, sendo nula na parte em que autoriza a cessão a não sócio, eis que ela depende sempre do consentimento de três quartos do capital social.

**Comentários:**

A alternativa correta é a A, porque os sócios podem estipular a forma da cessão das quotas, de acordo com o Código Civil:

“Art. 1.057. **Na omissão do contrato**, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social”.